

CEM ANOS DAS FACULDADES DE FARMÁCIA EM PORTUGAL

18 de janeiro de 1921. O Decreto 7238, da Direção-Geral do Ensino Superior, à época sob a tutela do Ministério da Instrução Pública, determina que as Escolas de Farmácia das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto passem a denominar-se Faculdades de Farmácia, dando assim resposta a uma pretensão dos respetivos Conselhos de Escola, corpo docente e alunos.

O início do ensino farmacêutico em Portugal remonta a finais do século XVI, na Universidade de Coimbra, com uma componente exclusivamente prática, realizada em boticas, num modelo que vigorou até à Reforma do Ensino concretizada pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII. Nasceram então as Escolas de Farmácia de Coimbra, anexa à Faculdade de Medicina, de Lisboa e do Porto, anexas às respetivas Escolas Médico-Cirúrgicas, em 1836. Mantém-se, no entanto, ainda durante vários anos, a dupla via de acesso à profissão: pela aprendizagem nas boticas ou pela via do ensino regular.

Em 1902, o curso de Farmácia passa a estar enquadrado no Ensino Superior, com um plano curricular que contempla disciplinas obrigatórias de índole teórica, a suportar a componente prática e, em 1921, as Escolas Superiores de Farmácia ascendem a Faculdades de Farmácia, reconhecendo-se que o seu fim é exatamente idêntico ao das restantes Faculdades: preparar os seus alunos para os respetivos diplomas e promover investigações científicas em todos os ramos da Farmácia.

Ainda que pudessem já conferir os graus de licenciado e doutor, esta alteração na sua designação segue uma tendência no Ensino de Farmácia na Europa, onde Espanha e França serviam de exemplos. No entanto, a conquista foi breve. Como parte do programa de contenção das despesas orçamentais determinada pelo Estado Novo, a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra foi extinta em 1928, a que se seguiu a de Lisboa, em 1932, sendo criadas em sua substituição as Escolas de Farmácia de Coimbra e Lisboa, que passaram a conferir o grau de bacharel, que habilitava à profissão. O grau de licenciado passou a ser conferido somente no Porto, numa situação que se manteve durante mais de três décadas, até que, em 1968, foram finalmente restabelecidas as Faculdades de Farmácia das Universidades de Coimbra e de Lisboa. Dez anos mais tarde, a reforma do ensino farmacêutico instituiu os três ramos do Curso de Farmácia - Farmácia de Oficina e Hospitalar (opção A); Farmácia Industrial (opção B); e Análises Químico-biológicas (opção C) - que vigorou até 1988, quando as orientações e uniformização no espaço europeu determinaram a designação do curso para Ciências Farmacêuticas. Até o início da década de 90, a licenciatura em Ciências Farmacêuticas era apenas conferida nestas três Faculdades de Farmácia públicas, altura em que surgem os primeiros cursos em instituições de ensino superior privadas. O ensino de Ciências Farmacêuticas, tal como hoje o conhecemos, resulta da implementação do processo de Bolonha, em 2006, que instituiu o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Este reconhece a diferenciação do curso, bem como a especialização e diferenciação profissional dos alunos diplomados.

O centenário das Faculdades de Farmácia das Universidades de Coimbra, Porto e Lisboa vai ser assinalado com várias iniciativas ao longo do ano, em sessões abertas à comunidade estudantil e à sociedade em geral.

